

# Bacharelado em Direito

## Direito Público e Privado

1. OBJETO E FINALIDADE DA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
  - 1.1. Conceito básico de Direito. Definição.
  - 1.2. Norma Jurídica
  - 1.3. Fontes do Direito. Conceito e Classificação.
  - 1.4. Principais ramos do Direito.
  - 1.5. Direito Público e Direito Privado. Conceito. Classificação.
  
2. RAMOS DO DIREITO PÚBLICO
  - 2.1. Direito Internacional
  - 2.2. A Liga das nações
  - 2.3. A Organização das Nações Unidas.
  - 2.4. A Organização dos Estados Americanos.
  - 2.5. O Parlamento Latino Americano.
  - 2.6. Mercosul – Mercado Comum do Sul.
  
3. DIREITO CONSTITUCIONAL
  - 3.1. Hierarquia das normas jurídicas.
  - 3.2. Constituição: conceito, classificação e história.
  - 3.3. A Constituição Federal e seus princípios fundamentais.
  - 3.4. Direitos e garantias fundamentais.
  - 3.5. Elementos do Estado.
  - 3.6. Estado: conceito e finalidade.
  
4. DIREITO ADMINISTRATIVO
  - 4.1. Conceito de Direito Administrativo.
  - 4.2. Poderes Administrativos.
  - 4.3. Conceito de Administração.
  - 4.4. Princípios básicos da Administração.
  - 4.5. Atos administrativos.
  - 4.6. Serviços públicos.
  - 4.7. Servidores públicos.
  
5. DIREITO PENAL
  - 5.1. Conceito de Direito Penal.
  - 5.2. Direito Penal Objetivo e Subjetivo.
  - 5.3. A Lei penal e sua interpretação.
  - 5.4. Classificação das infrações penais.
  - 5.5. Sujeitos e objetos do delito.
  - 5.6. O que é crime?
  - 5.7. Contravenções penais.
  - 5.8. Evolução do conceito de pena.
  - 5.9. Medidas de segurança.
  
6. DIREITO PROCESSUAL PENAL
  - 6.1. Considerações
  - 6.2. Relação com os outros ramos do Direito.
  - 6.3. Do inquérito.
  - 6.4. Natureza do inquérito.
  - 6.5. Incomunicabilidade.
  - 6.6. Instauração do inquérito.
  - 6.7. Valor probante do inquérito.
  - 6.8. Conclusão e remessa do inquérito.
  
7. RAMOS DO DIREITO PRIVADO

- 7.1. Das Pessoas.
  - 7.2. Pessoa: conceito e espécies.
  - 7.3. Classificação das pessoas jurídicas.
  - 7.4. Capacidade jurídica.
  - 7.5. Emancipação.
  - 7.6. Domicílio.
  - 7.7. Dos direitos da personalidade.
8. DIREITO DE FAMÍLIA
- 8.1. Conceito.
  - 8.2. Casamento
  - 8.3. União estável
  - 8.4. Parentesco
  - 8.5. Filiação
  - 8.6. Direito Patrimonial e regime de bens entre os cônjuges.
  - 8.7. Eficácia do casamento
  - 8.8. Divórcio.
  - 8.9. Alimentos.
9. DIREITO CIVIL
- 9.1. Conceito de Direito Civil
  - 9.2. Sujeito do direito: pessoa física e jurídica.
  - 9.3. Objeto do Direito: bens.
  - 9.4. Relações de Direito.
  - 9.5. Fatos Jurídicos.
  - 9.6. Atos Jurídicos.
10. DIREITO COMERCIAL
- 10.1. Conceito de Direito Comercial.
  - 10.2. Atos de comércio e conceito de comércio.
  - 10.3. Espécies de comércio.
  - 10.4. Fontes do Direito Comercial.
  - 10.5. O Comerciante.
  - 10.6. Sociedade comercial.
  - 10.7. Títulos de crédito.

Referências:

1. BRANCATO, Ricardo Teixeira. *Instituições de Direito Público e Privado*. 12ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 305.
  2. DOWER, Nelson Godoy Bassil. *Instituições de Direito Público e Privado*. 12ª ed. São Paulo: Nepal Edições Jurídicas – L. Dower Ltda, 2004, p. 522.
  3. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÈ, Edis. *Manual de Direito Público e Privado*. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 374.
  4. MASCARO, Amauri; PINHO, Ruy Rabello. *Instituições do Direito Público e Privado*. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 426.
  5. NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 436.
  6. REALE, Miguel. *Lições Preliminares do Direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 391.
  7. SILVA, Edson Jacinto. *Instituições de Direito Público e Privado*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 456.
8. REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:
9. ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geral E. *Manual de Direito Internacional Público*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 566.
  10. BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Nova Introdução ao Estudo do Direito*. 1ª ed. Forense, 2000, p. 662.
  11. BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 498.
  12. CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Direito Tributário*. 8ª ed. vol. 16, São Paulo: Saraiva, 2004, p. 258.
  13. COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 504.

14. COTRIM, Gilberto Vieira. *Direito e Legislação – Introdução ao Direito*. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 304.
15. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 765.
16. DIAS, Chizue Koyama. *Dicionário do Advogado*. 1ª ed. São Paulo: Mizuno, 2000, p. 419.
17. DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. vol. 5, Direito de Família, 20ª ed. São Paulo: 2005, p. 612.
18. FÜHRER, Maximiliano Cláudio Américo. *Resumo de Direito Comercial*. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 144.
19. FÜHRER, Maximiliano Cláudio Américo. *Resumo de Direito do Trabalho*. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 191.
20. FÜHRER, Maximiliano Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *Resumo de Direito Tributário*. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 141.
21. GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 237.
22. MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 1999, p. 749.
23. MIRABETE, Júlio Fabrini. *Manual de Direito Penal*. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 457.
24. MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional Administrativo*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 393.
25. REZEK, J. F. *Direito Internacional Público: Curso Elementar*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 403.

## Legislação Social

### 1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL

- 1.1 O termo Legislação Social
- 1.2 Conceito e Campo de Atuação
- 1.3 Posição da Legislação Social no Campo
- 1.4 Relação da Legislação Social com outros ramos do Direito e com outras áreas do conhecimento.
- 1.5 Esforço Histórico do Direito do Trabalho
  - 1.5.1 História Mundial
  - 1.5.2 História Brasileira

### 2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

- 2.1 Princípios da proteção
- 2.2 Princípios da irrenunciabilidade
- 2.3 Princípios da continuidade da relação de emprego
- 2.4 Princípio da primazia da realidade

### 3. FONTES, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DE TRABALHO

- 3.1 Fontes materiais e formas
- 3.2 Constituição
- 3.3 Leis
- 3.4 Sentença normativa
- 3.5 Convenções e acordos coletivos
- 3.6 Regulamento de empresa
- 3.7 Cláusulas contratuais
- 3.8 Jurisprudência
- 3.9 Usos e costumes
- 3.10 Analogia e equidade
- 3.11 Aplicação do direito do trabalho
- 3.12 Interpretação das normas trabalhistas

### 4. O EMPREGO

- 4.1 Caracterização Legal do Emprego
  - 4.1.1 Pessoa física ou natural
  - 4.1.2 Não eventual
  - 4.1.3 Subordinado
  - 4.1.4 Salário

## Direito Tributário

### 1. O DIREITO TRIBUTÁRIO – DEFINIÇÃO

- 1.1 Introdução e conceito
- 1.2 Denominações – Ciência das Finanças, Direito Financeiro, Direito fiscal, Legislação Tributária e Direito Tributário.
- 1.3 Finalidade
- 1.4 Relação com outros ramos do Direito
- 1.5 O Estado e o Poder de Tributar
- 1.6 Poder e Competência
- 1.7 Atribuição de competência e distribuição de receita
- 1.8 Despesas Públicas e Receitas Públicas

### 2. TRIBUTOS

- 2.1 Conceito e definição
- 2.2 Classificação dos tributos e fato gerador
- 2.3 Espécies de tributos
- 2.4 Outras espécies tributárias
- 2.5 Natureza jurídica do tributo

### 3. IMPOSTOS

- 3.1 Dos impostos da União (Federal)
- 3.2 Dos impostos Estaduais
- 3.3 Dos impostos Municipais

### 4. TAXAS

- 4.1 Conceito e Definição
- 4.2 Fato gerador
- 4.3 Poder de polícia
- 4.4 Serviço Público
- 4.5 Competência para instituir e cobrar taxas
- 4.6 Distinção entre taxa e preço público

### 5. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

- 5.1 Conceito e Definição
- 5.2 Função
- 5.3 Fato Gerador
- 5.4 Requisitos para cobrança
- 5.5 Distinção entre contribuição de melhoria e taxa

### 6. OS PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 6.1 Princípios da Legalidade
- 6.2 Princípios da Anterioridade da Lei
- 6.3 Princípio da isonomia ou igualdade
- 6.4 Princípio da Vedação ao confisco
- 6.5 Princípio da uniformidade tributária
- 6.6 Princípio da não-limitação do tráfego
- 6.7 Princípio da exclusividade dos impostos
- 6.8 Princípio da indelegabilidade da competência tributária
- 6.9 Princípio da literalidade na interpretação da legislação que disponha sobre outorga de favores fiscais e dispensa de obrigações acessórias
- 6.10 Princípio da irretroatividade da lei tributária
- 6.11 Princípio da inversão do ônus da prova
- 6.12 Princípio da imunidade tributária

### 7. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 7.1 Obrigação tributária e obrigação acessória
- 7.2 Fator gerador da obrigação tributária
- 7.3 Sujeito ativo da obrigação tributária
- 7.4 Sujeito passivo da obrigação tributária

## 8. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 8.1 Pagamento
- 8.2 Compensação
- 8.3 Transação
- 8.4 Remissão
- 8.5 Convenção do Imposto de Renda
- 8.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento
- 8.7 Consignação em pagamento
- 8.8 Decisão administrativa informacional
- 8.9 Decisão judicial passada em julgamento

## 9. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 9.1 Distinguindo prescrição de decadência
- 9.2 Importância do lançamento
- 9.3 Controvérsias quanto à prescrição de decadência
- 9.4 Contagem do prazo de prescrição
- 9.5 Não-aplicação das regras sobre contagem de prazos normais.

## 10. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 10.1 Considerações iniciais
- 10.2 Fiscalização
- 10.3 Dívida ativa
- 10.4 Certidões negativas

### Referências:

1. GIUSTI, Miriam Petri Lima de Jesus, *Sumário de Direito Tributário*, 2ª ed. São Paulo, SP, Ed. Rideel, 2004, 160 pág.
2. MACHADO, Hugo de Brito, *Custo de Direito Tributário*, 26ª ed. São Paulo, SP, Ed. Malheiros LTDA, 2005, 535 pág.
3. MEIRELLES, Hely Lopes, *Direito Administrativo Brasileiro*, 24ª ed. São Paulo, SP, Ed. São Paulo, SP, Ed. Malheiros LTDA, 1999, 749 pág.
4. PIRES, Adilson Rodrigues, *Manual de Direito Tributário*, 5ª ed. ver. e apliad. Rio de Janeiro, RJ, Ed. 1992, 234 pág.

### Complementar

1. BRAZ, Petrônio, *Manual de direito Administrativo*, São Paulo, SP, Ed. LED – Editora de Direito LTDA, 1999, 601 pág.
2. CARVALHO, Paulo de Barros, *Curso de Direito Tributário*, 5ª ed. ver. e apliad. São Paulo, SP, Ed. Saraiva, 1991, 374 pág.
3. CHIMENTI, Ricardo Cunha, *Direito Tributário*, 3ª ed. São Paulo, SP, Saraiva, 2001, 205 pág.
4. DIFINI, Luiz Felipe Silveira, *Manual de Direito Tributário*, 2ª ed. São Paulo, SP, Ed. Saraiva, 2005, 367 pág.
5. ICHIHARA, Yoshiaki, *Direito Tributário*, 12ª ed. São Paulo, SP, Ed. Atlas, S/A, 2003, 323 pág.
6. MAGALHÃES, Roberto Barcellos de, *Direito Tributário*, 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Ed. Lúmen Júris LTDA, 1994, 149 pág.

### Direito do Consumidor

1. Introdução
  - 1.1 Aspectos históricos
  - 1.2 A Constituição Federal Brasileira de 1988
2. Relação Jurídica de Consumo
  - 2.1 Consumidor
  - 2.2 Fornecedor
  - 2.3 Produtos
  - 2.4 Serviços
  - 2.5 Serviços públicos

## 2.6 A relação jurídica

### 3. Princípios Fundamentais

#### 3.1 Princípios Constitucionais de Proteção ao Consumidor

##### 3.1.1 Soberania

##### 3.1.2 Cidadania

##### 3.1.3 A dignidade da pessoa humana

##### 3.1.4 Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

##### 3.1.5 Pluralismo político

#### 3.2 Dos princípios gerais das atividades econômicas

##### 3.2.1 Soberania nacional

##### 3.2.2 Propriedade privada

##### 3.2.3 Função social da propriedade

##### 3.2.4 Livre concorrência

##### 3.2.5 Defesa do consumidor

##### 3.2.6 Defesa do meio ambiente

##### 3.2.7 Redução das desigualdades regionais e sociais

##### 3.2.8 Busca do pleno emprego

##### 3.2.9 Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituída sob as leis brasileiras e que tenham sua sede administração no País.

#### 4. Dos direitos básicos do consumidor

##### 4.1 Qualidade dos produtos e serviços, da prevenção e reparação dos danos.

##### 4.2 Da proteção à saúde e segurança

##### 4.3 Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço

##### 4.4 Da responsabilidade por vício do produto e do serviço

##### 4.5 Da decadência e da prescrição

##### 4.6 Da desconsideração da personalidade jurídica.

### 5. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS

#### 5.1 Da oferta

#### 5.2 Da publicidade

#### 5.3 Das práticas abusivas

#### 5.4 Da cobrança de dívidas

#### 5.5 Dos bancos de dados e Cadastros de consumidores

### 6. Da PROTEÇÃO CONTRATUAL

#### 6.1 Das disposições gerais

#### 6.2 Das cláusulas abusivas

#### 6.3 Dos contratos de adesão

#### 6.4 Das sanções administrativas

#### 6.5 Das infrações penais

### 7. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

#### 7.1 Disposições gerais

#### 7.2 Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos

#### 7.3 Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços

### 8. Do sistema nacional de defesa do consumidor

### 9. Da convenção coletiva de consumo

### 10. Disposições finais

#### Referências:

1. AUGUSTO, Valter Roberto e Costa, Wagner Veneziani, Código de Defesa do Consumidor. Ed. Angelotti LTDA, São Paulo, SP, 1994, 100 pág.
2. COSTA, Wagner Veneziani, Direitos do Consumidor, 3ª Ed. Ed., Ícone LTDA, São Paulo, SP, 1990, 77 pág.

3. DANTAS, Carlos Monterrei, Código de Defesa do Consumidor, Ed. Lawbook, São Paulo, SP, 1999, 275 pág.
4. EDITORA ATLAS, Código de Defesa do Consumidor, 19ª Ed., Ed. Atlas S/A, São Paulo, SP., 2005, 208 pág.
5. \_\_\_\_\_, Constituição da República Federativa do Brasil, 24ª Ed., Ed. Atlas S/A, São Paulo, SP., 2005, 485 pág.
6. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto, Curso de Direito de consumidor, 2ª Ed. Rev., modif. e Atual., Ed. Saraiva, São Paulo, 2005, 806 pág.
7. \_\_\_\_\_, Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, 2ª ed. reform., Ed. Saraiva, São Paulo, 2005, 823 pág.

#### Complementar

1. ALMEIDA, João Baptista de. A proteção jurídica do consumidor. 2. ed., Ed. Saraiva, São Paulo, SP, 2000.
2. DONATO, Maria Antonieta Zanardo. Proteção ao consumidor: conceito e extensão, Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, 1993.
3. GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado pelos autores do anteprojeto, 6ª ed., Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 1999.
4. LOPES, José Reinaldo de Lima, Responsabilidade civil do fabricante e a defesa do consumidor, Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, 1992.
5. MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor, Revista dos Tribunais, São Paulo SP, 1998.
6. SILVEIRA, Reynaldo. Práticas Mercantis no Direito do Consumidor, Ed. Juruá, Curitiba, PR, 1999.
7. TEPEDINO, Gustavo (Org.). Problemas de Direito Civil Constitucional, Ed. Renovar, Rio de Janeiro, RJ, 2000.
8. \_\_\_\_\_ Temas de Direito civil. Ed. Renovar, Rio de Janeiro, RJ, 1999.
9. THEODORO JUNIOR, Humberto. Direitos do Consumidor: a busca de um ponto de equilíbrio entre as garantias do código de defesa do consumidor e os princípios gerais do direito civil e do direito processual civil, 4ª Ed., Ed., Forense, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

#### GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Meio ambiente e Desenvolvimento. Responsabilidade social e responsabilidade ambiental. Evolução da Consciência Ambiental. Conceitos básicos de política ambiental. Evolução da Atitude Empresarial: do Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável. Eco-estratégias das empresas. Marketing para a sustentabilidade. Eco-design. Sistema de Ciclo de Vida do Produto. Modelo de gestão ambiental. Sistema de gestão

#### Referências:

1. AGENDA 21 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 1996. 585p.
2. AGENDA 21 Brasileira – Bases para Discussão. Brasília: MMA/ PNUD, 2000.
3. AGUIAR, E. A.; SANTOS, R. F. E.; ANARUMA-FILHO, F. Planejamento Ambiental como instrumento à prevenção de doenças infecto-contagiosas e parasitárias. Revista Brasileira de Ecologia v.2 n.2:80-89.1998.
4. AGUIAR, R. A. Direito do Meio Ambiente e Participação Popular. Brasília: IBAMA, 1996.
5. ALMEIDA, J. R. et al. Planejamento Ambiental. Rio de Janeiro: Thex, Biblioteca Estácio de Sá, 1999.
6. BARLOY, J. J. E MARTINS, E. Ecologia: em busca de nossa sobrevivência. Rio de Janeiro: Otto-Pierre Editores.1980.
7. BEZERRA, A. F. Condições de Uso e Conservação da Vegetação no Semi-Árido. Brasília: Áridas, 1994.
8. BONDUKI, N. (Org.).Habitat - As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
9. BRUNDTLAND, G. H. (Coord.). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
10. CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

11. CARVALHO, I; Scotto, G. Conflito sócio ambiental no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
12. CIPFEREIS, M. L. L. Iso 14000 – gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
13. COIMBRA, R. ROCHA, C. L. E BEEKMAN. G. B. Recursos Hídricos: conceitos, desafios e capacitação. Brasília, ANEEL.1999.
14. DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
15. DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia, 1993.
16. DICIONÁRIO de ecologia e ciências Ambientais. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
17. FRANKENBERG, C. L.; RAYA-RODRIGUEZ, M. T. E CANTELLI, M. (org.). Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
18. <http://www.cprh.pe.gov.Br>
19. <http://www.ibama.gov.Br>
20. <http://www.mma.gov.Br>
21. <http://www.senado.gov.Br>
22. JARDIM, N. S. (coord.) Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995.
23. MAIMON, D. Ensaio sobre economia do meio ambiente. Rio de Janeiro: APED, 1992.
24. MOREIRA, I. V. D. (org.). Vocabulário Básico de Meio Ambiente. Rio de Janeiro: FEEMA/PETROBRAS, 1990.
25. NEIMAN, Z. Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados. São Paulo: Atual, 1989.
26. ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
27. PINHEIRO, A. C. F. B. & MONTEIRO, A. L. F. B. P. A. Ciências do ambiente: Ecologia, poluição e impacto ambiental. São Paulo: Makron Books do Brasil e Mc Graw-Hill, 1992.
28. PINTO W. D. Legislação Federal de Meio Ambiente vol. I, II, III. Brasília: IBAMA, 1996.
29. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2000.
30. RANCO, S. M. Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blucher, 1989.
31. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
32. SHELDRAKE, R. O renascimento da natureza: o reflorescimento da ciência e de Deus. São Paulo: Cultrix, 1993.
33. VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (org). Gestão de Recursos Naturais Renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.
34. VIEIRA, P.F. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, C. (Org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.